

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 24 de outubro de 2022 - Ata n.º 99.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Tercílio Turini**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **99.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos desta segunda-feira. Convido o Sr. 2.^º Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 98, de 19 de outubro de 2022.) Era isso o que continha a Ata. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Em discussão a Ata. Ninguém querendo discutir. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde às senhoras, aos senhores e aos demais também que aqui nos visitam.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 2971/2022** da Casa Civil, encaminhando as licitações promovidas no âmbito da Copel em setembro de 2022; **Ofício n.º 2982/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2467/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 2981/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 179/2019, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 2983/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2438/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 2985/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2621/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 2984/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6674/2021, do Deputado Goura. Era isso, Sr. Presidente, que o tínhamos para o expediente desta segunda-feira.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, por proposição do 1.º Secretário, Deputado Luiz Claudio Romanelli, o Grande Expediente de hoje está destinado para homenagearmos os 75 anos de fundação do Hospital Cruz Vermelha Brasileira, filial do Estado do Paraná, e pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, com a presença do Doutor Jerônimo Antonio Fortunato Junior, Presidente da entidade. Anunciamos também e agradecemos a presença da Sr.^a Meri Barth, Diretora de Atendimento; e da Sr.^a

Juliana Cotrim, Diretora de Enfermagem. Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Luiz Claudio Romanelli; e Dr. Jerônimo Antônio Fortunato Junior.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Secretários, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Olha, hoje é um dia especial, em que estamos aqui celebrando e comemorando os 75 anos da Fundação do Hospital da Cruz Vermelha Brasileira da filial do Estado do Paraná. E ao mesmo tempo, claro, destacar o trabalho extraordinário que tem sido feito por essa instituição. Destaco aqui a presença do Doutor Jerônimo Antonio Fortunato Junior, que preside a instituição; da Sr.^a Meri Barth, Diretora de Atendimento; e da Sr.^a Juliana Cotrim, Diretora de Enfermagem; além de destacar aqui a presença dos colaboradores da instituição que aqui vieram representar essa instituição tão importante na sociedade paranaense. Quero dizer que essa homenagem à Cruz Vermelha, todos sabem, ela é uma organização respeitada no mundo inteiro pelo trabalho social, ajuda humanitária e pelo atendimento às vítimas de catástrofes e de guerras. A Cruz Vermelha é sinônimo da prática do bem e uma referência na forma de cuidar das pessoas. Desde 1983, a organização está presente nos mais inóspitos lugares do planeta – 1863, desculpe, cometí um erro material aqui – para prevenir e atenuar o sofrimento humano, sem distinções. Aqui no Paraná a Cruz Vermelha chegou em 1917, são 105 anos de história e de trabalho em favor dos paranaenses, principalmente das pessoas em situação de vulnerabilidade social. São muitos os valores que regem a Cruz Vermelha, dentre eles está a independência, a imparcialidade, a neutralidade, a unidade e a universalidade. Mas o que realmente marca a sua existência é a humanidade e o voluntariado. A Cruz Vermelha, mais do que prestar socorro, procura proteger a vida e a saúde das pessoas. É uma instituição que valoriza e respeita o ser humano, promove a compreensão humana mútua, a amizade e a paz, que realiza suas atividades sem nenhuma finalidade lucrativa. Hoje esta Assembleia Legislativa concede uma Menção Honrosa ao Hospital da Cruz Vermelha, que completa 75 anos de

fundação. O Hospital foi o primeiro a ter um pronto-socorro em Curitiba, e ainda hoje é um dos principais hospitais do Paraná. Presta serviços ao SUS e em especial à cardiologia, cirurgia geral, otorrinolaringologia, e tem sido referência no atendimento ao idoso. O Hospital integra também a rede pública de urgências e emergências. Desde o início da pandemia, o Hospital da Cruz Vermelha está na linha de frente do combate à Covid. Entre 2020 e 2021, prestou 70 mil consultas e 20 mil internações. Eu mesmo fui um desses pacientes infectados pelo coronavírus e sei como é difícil passar pela doença. Não foi fácil passar 11 dias hospitalizado, mas tive a felicidade de ser cuidado por uma equipe de médicos, enfermeiros e profissionais da área da saúde muito atenciosa, a quem mais uma vez agradeço publicamente a vocês aqui estão de coração o papel que vocês fizeram para me cuidar e cuidar de todos os pacientes que por ali passaram com as aflições que tivemos durante o período da pandemia. Então, quero agradecer publicamente pelo trabalho excepcional que vocês realizaram e vou levar para a minha vida, na minha memória tudo de bacana, de bom, de carinho, de atenção, de cuidado que recebi no Hospital da Cruz Vermelha. Em 2001, o nosso Hospital da Cruz Vermelha obteve a certificação de Hospital Ensino, mas desde a sua fundação, o Hospital da Cruz Vermelha colabora na formação de profissionais da saúde: Medicina, Enfermagem, Nutrição Clínica, Psicologia, Farmácia, Fisioterapia, Técnica em Radiologia e Biomedicina. Atua também na pós-graduação com 12 serviços de residência especialização médica. Atualmente o Hospital faz 15 mil atendimentos por mês pelo SUS. São consultas, exames e outros procedimentos ambulatoriais. O Hospital conta com 174 leitos clínicos cirúrgicos. São 24 UTIs, sendo 14 exclusivas para o SUS. Sete salas cirúrgicas, que realizam 900 procedimentos por mês de média e alta complexidade. Uma sala de hemodinâmica para urgência e emergência e serviços de cateterismo cardíaco e angioplastia coronariana. Pela rede de urgência e emergência, o Hospital da Cruz Vermelha atende a 50% dos casos de dor torácica registrado em Curitiba e cidades da Região Metropolitana. É um Hospital de alta resolutividade e merece o nosso reconhecimento e respeito. Por isso, para mim é uma honra e um orgulho encaminhar a entrega desta Menção Honrosa, porque nada como ter tido a

experiência de passar os piores momentos da minha vida nas mãos de uma equipe tão profissional, dedicada e que sabe cuidar das pessoas. Por isso essa minha homenagem, que é uma homenagem da Assembleia Legislativa, no meu caso, se reveste também de uma enorme gratidão pelo extraordinário trabalho que todos os profissionais fazem e que são merecedores de todo o nosso reconhecimento. Viva os 75 anos do Hospital da Cruz Vermelha do Paraná! Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Neste momento, ouviremos o Dr. Jerônimo Antonio Fortunato Junior, Diretor do Hospital da Cruz Vermelha do Paraná.

(Apresentação de vídeo institucional.)

SR. JERÔNIMO ANTONIO FORTUNATO JUNIOR: Gostaria de agradecer à Mesa Executiva, ao Deputado Luiz Romanelli, por esta proposta de nos receber com todo este carinho. Acredito que não tenho mais o que falar, porque o Deputado conseguiu trazer para nós toda a nossa história, toda a experiência do trabalho que temos no Hospital da Cruz Vermelha. Realmente ele existe desde 2017, 30 anos depois o hospital foi construído. A partir daí, esse Hospital sempre sediou grandes movimentos dentro da área da saúde e sempre no paralelo fazendo a sua atividade social. A característica da ONG Cruz Vermelha, dessa Organização não Governamental grandiosa, primeira no mundo, é realmente atender ao sofrimento humano. Não só nas situações de catástrofe, de tudo, mas também nos momentos em que a paz reina. E um dos grandes trabalhos do Cruz Vermelha seria essa educação, principalmente naquele passado dos paramédicos, das pessoas que ficavam preparando para poder desenvolver essa atividade. E chegamos a um momento e conseguimos fazer isso, de trazer uma universidade junto a nós e desenvolvermos um trabalho de educação de várias áreas da saúde, inclusive de pós-graduação, onde temos residentes hoje que, um deles, sua sobrinha, que já foi nossa residente, já foi nossa aluna e que hoje atua ao nosso lado. Ou seja, temos a oportunidade de preparar pessoas para que elas

participem conosco das nossas atividades e tenham a cara do Hospital da Cruz Vermelha. Quem conhece a Cruz Vermelha sabe, a Cruz Vermelha não parece um hospital. E fugimos dessa cara, porque queríamos que fosse algo que desse aconchego e que pudéssemos criar no sorriso de cada um dos nossos profissionais aquilo que o paciente mais precisa, que é amor, que é carinho, que é respeito, que é ouvi-lo. Sou um médico, não sou um gestor de hospital, mas estou gestor de hospital. Então, se a minha Medicina me fortalece tanto a fazer os meus trabalhos e me dedicar aos meus doentes, estava agora aqui e veio um amigo meu aqui da Assembleia me cumprimentar e me agradecer, fico muito feliz. Então, participo da vida da nossa população. E tenho muita honra, muito prazer em fazer isso. Não vou falar sobre todo trabalho do Cruz Vermelha em nível de atendimento ao enfarto agudo. Realmente fazemos 50% de todo atendimento do enfarto agudo da rede pública de saúde do Estado, principalmente de Curitiba. E também desenvolvemos vários trabalhos. Mas o que mais me comoveu e o que mais me comove foi, o Deputado Romanelli lembrou, foi no período de crise, foi no período da pandemia. Se existe estrutura humana, profissional de saúde que conheça e suporte tudo que se passou nessa pandemia, diria, merece todo louvor. Merecem mesmo, as nossas enfermeiras, os nossos psicólogos, fisioterapeutas, os nossos médicos, que dedicaram tudo isso. Só queria usar este momento para dizer: que maravilha ser médico, porque hoje acredito que ser médico é muito importante. Ser um profissional da área de saúde é muito importante. E, juro aos senhores, o Hospital da Cruz Vermelha esteve sempre em todos os momentos em que a população pediu e estaremos sempre lá. Chegou o momento em que não tinha o rico ou o pobre. O rico nos pedia, por favor, para vir do Norte do Brasil, se teríamos uma vaga para atendê-lo e não tínhamos, porque não existia distinção. Foi o grande momento da população em saber que não existe rico ou pobre, não existe o que tem convênio, ou o que tem qualquer outra situação. Existe a necessidade humana de um atendimento. E não houve discriminação em nenhuma instituição. Mas, a nossa, garanto, nenhuma discriminação. E atendemos a todos e fizemos o melhor. Dediquei-me, isso gosto de falar, porque sou um cirurgião cardíaco, sou intensivista, e vi que estava faltando gente para

trabalhar na UTI. Assumi uma UTI de 15 leitos de Covid e me dediquei a ela 100%. Então, isso é importante. Temos que saber que temos esse trabalho por trás. E, acreditem, o nosso Hospital é muito aconchegante. E é mérito desse respeito que os senhores estão nos dando agora. Sem nenhum medo de dizer isso. Não somos o melhor Hospital, mas somos iguais aos melhores. Obrigado por nos receberem desta forma. Não teria que falar tanto sobre Cruz Vermelha, mas, sim, do que está no nosso emocional. Muito obrigado, senhores. Muito obrigado, Dr. Romanelli. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Neste momento vamos fazer a entrega de uma Menção Honrosa em comemoração aos 75 anos do Hospital Cruz Vermelha. **Vamos suspender os trabalhos por alguns minutos.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): **Vamos reabrir nossos trabalhos.** Não temos oradores no Pequeno Expediente, passamos então ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSDB); Galo (PP); Tadeu Veneri (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que nos acompanham pelas redes e pela TV Assembleia. Acho que de todas as vezes que estive aqui, nesta tribuna, pelo menos 80% das vezes é para falar sobre saúde e hoje mais uma vez trago um capítulo da história da saúde da nossa região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. A princípio quero falar aqui que fizemos um requerimento à Sesa, ainda na semana passada, perguntando sobre as vacinas da Covid, isso porque lá, em Ponta Grossa, foi informado, por meio da CPI da Saúde, que a faixa etária de vacinação ainda não foi diminuída por orientações do Plano Estadual de Imunização. Entretanto, vários municípios já vacinam 18 anos mais, como, por

exemplo, Maringá. Mas Ponta Grossa continua vacinando 40 anos mais. E hoje, pela manhã, a CPI da Saúde esteve no setor de imunização da Prefeitura de Ponta Grossa, onde a Vereadora Joci Canto e o Vereador Celso constataram que quase 6 mil doses de vacina da AstraZeneca estão lá, nas geladeiras da imunização, vencidas. Já teve um tempo atrás aqui que já questionei a Sesa sobre o vencimento de vacinas, vacinas que são importantes. E, semana passada, o Estado comemorou que não havia pacientes de Covid internados mais no SUS, nos leitos. Mas isso só aconteceu justamente devido à imunização, devido às vacinas. Mas, hoje, essa barbárie mais uma vez em Ponta Grossa: 6 mil doses de vacina vencidas. E também foi verificado pelos vereadores que existem mais 4 mil doses da vacina Janssen para serem vencidas na próxima sexta-feira. Então, se não imunizarem com essas doses, não imunizarem as pessoas com essas doses, 10 mil doses de vacina terão sido perdidas no município de Ponta Grossa. E isso é grave, muito grave! Mas passo aqui a falar, também, sobre mais uma ação cível pública feita pelo Ministério Público em Ponta Grossa na área da saúde, contra a Prefeitura e contra o Governo do Estado. E, infelizmente, mais um capítulo e esse aqui é muito grave, Deputado Plauto, muito grave, porque aqui, nesta ação, consta a informação de que 38.500 pacientes aguardam para fazer uma cirurgia, um exame ou uma consulta eletiva. E tem pacientes em Ponta Grossa que estão esperando, desde 2018, por um exame, por uma consulta ou por uma cirurgia. Trinta e oito mil e quinhentos pacientes, quase 40 mil pessoas em um universo lá de mais ou menos 350 mil habitantes que temos em Ponta Grossa, 40 mil, Deputado Arilson, esperam um exame, consulta ou cirurgia aqui, da Sesa. Dados Alarmantes! Aí quando falo do caos, aqui, vocês tenham ideia: 40 mil pessoas e claro que não dá para culpar só a pandemia. Acho que a pandemia realmente teve um impacto nas filas da saúde, sem sombra de dúvidas, mas quando você olha os números e vê que desde 2018 tem pacientes aguardando, então não dá para colocar a culpa só na pandemia. Para vocês terem uma ideia, aqui, no arquivo todo tem 350 páginas com nomes de pacientes, 350 páginas! E vou me referir, aqui, agora, aos fatos elencados na ação: “A presente ação se fundamenta no quadro caótico a que estão submetidos milhares de pacientes no município de

Ponta Grossa – que necessitam e aguardam a realização de consultas, exames e cirurgias pelo SUS. Esta Promotoria de Justiça vinha e vem recebendo reclamações de usuários que estão a aguardar, alguns por vários anos, a realização desses procedimentos. Diante do quadro apresentado, inúmeras diligências feitas por este Ministério Público, todas a comprovar a absoluta omissão dos entes estatais no desempenho constitucional de prover a promoção à saúde. A Fundação encaminhou a relação de pacientes que esperam há mais de cem dias para exames e consultas, e tratamentos há mais de 180 dias.” Ou seja: essa relação aqui, Deputado Plauto, ainda não contempla os pacientes que estão há menos tempo. Esses que estão há menos de cem dias, de 180 dias. E, segundo o CNJ, nas demandas do SUS, por acesso a ações e serviços de saúde eletivos, considera-se excessiva a espera de paciente por tempo superior a cem dias para consultas e exames; e 180 dias para cirurgias e tratamentos. A própria Promotoria diz que a pandemia jamais poderá ser utilizada, nesse caso, como justificativa pela enorme quantidade de exames, consultas e cirurgias reprimidas, uma vez que vários pacientes aguardam – conforme dito há anos – bem antes do período pandêmico, pelo tratamento necessário. O município, no dia 19 de maio do ano passado, tinha 2.501 pacientes em lista de espera para neurologia clínica, e nessa especialidade o prestador contratualizado pelo Estado oferecia uma vaga mensal, uma vaga. Ou seja, para zerar essa fila de neurologia clínica em Ponta Grossa, vai levar, nesse ritmo, 208 anos, 208 anos. Neurologia cirúrgica havia 220 pacientes, mas foi pontuado que, desde 2019, antes da pandemia, não houve oferta de vaga nessa especialidade. Em março deste ano, foi informado que não havia prestador contratualizado pelo SUS para especialidade de gastroenterologia. Em abril deste ano, não havia prestador contratualizado para especialidade de cirurgia de cisto de ovário. A 3.^a Regional de Saúde afirmou que inexistia referência estabelecida para hematologia e também o município de Ponta Grossa disse que o procedimento de curetagem foi interrompido em março deste ano, estando a aguardar ofertas pelo Estado desde então. Aí tem os casos que foram diretamente até o Ministério Público. O caso, por exemplo, de um idoso, paciente ali que precisa de consulta com urologia. Uma vaga mensal o Estado está

oferecendo. Ele está na lista, no número 81, esperando. Faz mais de três anos que ele está na fila. Também do paciente que aguarda mais de 900 dias por consulta em urologia. Enfim, são muitos relatos, muito descaso, um repertório aqui, infelizmente, de sofrimento vivido pela população na área da saúde. E fico me perguntando, então, se o Governador, por exemplo, sabe dessa lista. Será que o Governador, Deputado Arilson, sabe que existem 38 mil e 500 pessoas lá em Ponta Grossa esperando para fazer um exame, uma consulta ou uma cirurgia? Pergunto-me isso, Deputada Luciana, porque não é possível que daí o Governador mande aqui para Casa um Projeto para aumentar o orçamento do Ministério Público em 30 milhões, sendo que temos essa fila de espera só em Ponta Grossa. Imagino que nos outros municípios não deva ser diferente. Será que com 30 milhões e remanejamento do orçamento não dava para resolver um pouco dessa fila aqui não? O que é prioridade em uma casa quando temos um orçamento? Saúde, alimentação, educação, mas a saúde fica em primeiro lugar, Deputada Luciana, porque saúde é tudo. Se não tivermos saúde não fazemos mais nada. Então, se tenho que pintar a minha casa ou pagar uma consulta, vou pagar uma consulta, vou comprar um remédio, não é? Mas não é isso que o Governo do Estado está fazendo. Infelizmente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Mabel, por favor, para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Infelizmente, estamos vendo uma inversão de prioridades gigante no Governo do Estado. E quero voltar a perguntar aqui ao Governador: o senhor sabe que quase 40 mil pessoas estão na fila da saúde em Ponta Grossa? Se não sabia, acho que agora sabe e tem que tomar providências, porque as pessoas estão perecendo nessa fila, pessoas já morreram nessa fila. O estado de saúde delas está piorando. Em vez de mandarmos dinheiro para outros Poderes, vamos investir naquilo que é prioridade, que é a saúde do nosso povo. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença na Casa do Vice-Prefeito de Jardim Olinda, Sr. Weverton José, e do Vereador Luiz Octavio Queiroz, por solicitação do Deputado Soldado Adriano José. Obrigado pelas presenças! Senhores Deputados e Deputadas, registrar que hoje é aniversário do Deputado Requião Filho. Vida longa, Deputado!

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O jantar vai ser na casa do Maurício hoje, para ele, a mulher e os filhos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente Turini, demais membros da Mesa Diretora. Primeiro, quero cumprimentar com muito amor, com muito carinho, a presença da nossa comunicadora Cloara, de Londrina, eleita Deputada Estadual, com muito mérito, com muito louvor, que vai engrandecer a presença das demais mulheres nesta Casa. Bom te ver, minha querida Cloara! Sucesso e vida longa aqui como Parlamentar! Bem, senhoras e senhores, uma segunda-feira, uma semana ótima para todos, Sr.^s Deputados e Deputadas! Ceasa. Vou falar rapidamente aqui do Ceasa. O Presidente do Ceasa, conheço ele carinhosamente como Éder, faz um trabalho excepcional. O trabalho dele é muito bom, com a sua diretoria. Um pouco antes da campanha que passamos recentemente, fui visitar o Ceasa. Fui muito bem recebido pelo Éder, que me mostrou um trabalho de como é que o Ceasa age nas sobras. Que sobras são essas? Os produtores levam para o Ceasa o que tem que ser vendido. Então, tem lá abobrinha, tem mandioca, tem pimentão e assim vai. Mas quando não se concretiza a venda, o que o Ceasa faz? O Ceasa, em um trabalho social espetacular, por exemplo, com os presos, tem uma cozinha. Chamaria de uma cozinha industrial do Ceasa, muito bem montada, onde mulheres acabam preparando todos esses legumes e essas frutas que são cortadas. Algumas vão para câmara frigorífica para manter a conservação até serem entregues para as associações que assim necessitam. É um trabalho social muito bonito. Inclusive, em volta do cinturão ali do Ceasa, o Éder acabou fazendo

um trabalho social espetacular. Naquele cinturão em volta são entregues essas frutas, esses legumes, essas verduras para a população de baixa renda, abaixo da linha da pobreza. Eles vão lá, são cadastrados no Ceasa, um cadastro muito bem-feito, e é bonito. Parabéns, Ceasa! Porém, tem um detalhe. Há aproximadamente 20 dias, Éder, ou 30 dias, liguei a V.S.^a e pedi que me atendesse para estender também ao litoral esse trabalho magnífico que o Éder do Ceasa faz de levar comida para quem tem fome. Não sei se é porque perdi a eleição para Deputado Federal, mesmo sendo votado em 199 municípios, mas é vida que segue. Perder a eleição não é estar derrotado para a vida. Vamos para frente! Mas senti que houve um esfriamento. Ora, se contarmos dessa forma, o Galo ainda vai cacarejar, vai dar umas bicadinhas até janeiro. Então, Ceasa, meu querido Éder, parabéns pelo magnífico trabalho que V.S.^a faz, mas gostaria de entender, porque apresentei ao Ceasa uma associação, essa associação, *O amor é o caminho*, passou no cadastro, passou no crivo, porém, a diretoria, como é uma diretoria que acaba trabalhando diuturnamente, alguns trabalham no porto, não conseguiram se reunir para atender à visita de uma assistente social do Ceasa, que, aliás, manda bastante no Ceasa. *Vish*, como manda no Ceasa essa assistente social! Deve fazer um belo trabalho. Aí indicamos outra associação. Essa associação, com cadastro preparado dá às pessoas que têm fome, esse é o detalhe, porém, a burocracia ou... ou... ou... ou o quê? Ou... ou... ou... O Sr. Éder me liga e sempre diz assim: *Amanhã, vamos resolver. Amanhã, vamos resolver.* E o litoral vai ficando de lado. Paranaguá vai ficando de lado. E o povo liga: *E aí, Deputado, pelo jeito você prometeu, acho que é porque você perdeu a eleição tomamos no...* Pois é, vida que segue. E o Galo fica, então, olhando para as pessoas dizendo assim: No Ceasa tem, mas a burocracia ou a exigência do crivo da assistente social do Ceasa não consegue olhar o litoral como enxergo, afinal de contas, a minha moradia, a minha estada de vida é Paranaguá e litoral, onde tem muita gente passando fome. Então, quero fazer um apelo aqui para a senhora digníssima assistente social da Ceasa. Não sei o nome! Pedi para o Presidente o nome dessa senhora ou dessa jovem, nada contra! Mas, queria dizer uma coisa para a assistente social da Ceasa, Deus ajude que a sua barriga nunca ronque de

fome, que a sua barriga nunca possa ter passado pelo lixão de Paranaguá, onde meus irmãos parnanguaras trabalharam muito tempo para tirar a fome de dentro de um lixão. Então, mesmo com o belo trabalho que o Presidente da Ceasa faz – e não se tira o mérito dele –, queria pedir para V.Ex.^a, Sr. Presidente Éder, dar uma diminuída na burocracia e veja, pegue o seu time e vá até Paranaguá, visite os becos de Paranaguá, visite os locais onde estão as pessoas que passam fome! Aí o senhor pega a sua equipe e vai ao litoral, vai lá próximo onde tem lixão, aí você vai ver a população dividindo com os urubus – que não é aquele que mostra a torcida do Flamengo –, você vai ver dividir com corvo a comida que eles arrancam do lixão. Então, Sr. Éder, ainda estarei Deputado... Aqui não tem RH para dizer assim: *Galo, vá para casa.* O Galo vai para casa; da Assembleia o Galo sai em janeiro, mas a vida continua, a vida segue, volto para a minha profissão que é jornalista, que é ser apresentador. Para fechar o assunto, Éder, você, como Presidente da Ceasa, talvez tenha sido o melhor que a Ceasa já teve, um trabalho excepcional que V.S.^a faz, mas quero apelar para a sua alma: Tire um pouco da burocracia e tente ficar um dia inteiro sem comer, à noite sem ter o que comer e de manhã sem ter o que comer e aí faça uma experiência, vá ao lixão e tente achar comida no lixão, aí você iria pensar com a cabeça e com a barriga do povo. Está aqui um Deputado que já passou fome! Sei bem como é catar comida lá fora! Senhoras e senhores, boa semana a todos. Senhor Presidente, muito me honra ver a nossa Mesa Diretora... Bem que poderia ser assim, não é, esse trio aí! Deixar os cabras que estão tanto tempo aí descansar um pouco. Vida longa a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, hoje, talvez sexta-feira já tenhamos sido surpreendidos, Sr. Presidente, e vamos encaminhar aqui, Professor Lemos, um pedido de informações a respeito de uma situação que diria, Deputado Maurício, inusitada no Paraná. O Governo Ratinho pretende terceirizar – a palavra é exatamente essa –,

terceirizar a administração de uma série de escolas no Estado do Paraná. O edital já está pronto, estou com o edital inclusive aqui e a empresa que ganhar essa licitação irá ficar responsável, Deputado Homero, o Paraná é o primeiro Estado que faz isso, a empresa ganha a licitação e fica responsável por administrar a escola. Ela é responsável por tudo, pela merenda, pela limpeza, pela contratação, se for necessário de pessoal, o diretor só faz a parte pedagógica e o Estado terceiriza 100% de tudo. Sabemos que o Governador Ratinho é um adepto, um entusiasta da terceirização, mas a terceirização da educação nunca aconteceu no Paraná. A terceirização da educação nem no Governo Lerner, que tinha a proposta de fazer o Paraná Educação, nunca aconteceu isso. E agora vem o Governador Ratinho e diz que vai... já terceirizou Agente I e II, já terceirizou a contratação de profissionais na área de segurança pública, está terceirizando os caminhões que entregam medicamentos da Secretaria da Saúde, mesmo tendo uma frota de caminhões com motoristas aqui, e agora resolve terceirizar também aquilo que no nosso entendimento é o coração da escola, que é toda a administração. Sabemos que o Governador Ratinho tem os seus compromissos, compromissos de campanha inclusive e certamente esses compromissos incluem uma proposta de Governo que não seja administrar diretamente com concurso público, tanto é que não há previsão de concurso público para o ano que vem; agora, terceirizar as escolas é algo que realmente nunca vimos. Então, no dia de amanhã estaremos apresentando um pedido de informações aqui para saber quais são as razões disso. Esta Casa tem a obrigação de fazer a fiscalização e passamos ao largo, não ficamos nem sabendo disso, só ficamos sabendo disso porque algum professor ou diretor manda e aí fala: *Olha, está aqui, chegou para nós, é uma coisa que não sabíamos e queremos saber o que vai acontecer, como vamos ficar.* E aí ficamos pensando: Para que serve a Assembleia Legislativa se nesta hora não conseguimos ter absolutamente nenhuma interferência? O edital de credenciamento está aqui comigo, 02/2022. Este é o edital de credenciamento que está sendo feito para a terceirização da administração das escolas do Paraná. E aí esse mesmo edital tem as escolas que devem ser... em um primeiro momento devem ser terceirizadas. E quais são as escolas? São escolas de Curitiba, são

escolas da Região Metropolitana e são escolas do interior do Estado, em um total, em um primeiro momento, de 27 escolas. Escolas que estão em várias cidades e que... Tem escola de Londrina, tem escola de Umuarama, tem escola de Curitiba, aliás, a de Curitiba aqui do Boqueirão, Santo Agostinho, Dom Orione, Olívio Belich, que todo mundo sabe é uma escola grande, uma escola com 1.500 alunos. Qual é o interesse de fazer a terceirização dessas escolas? Primeiro tentaram aquela confusão de fazer a escola militarizada, o que não deu certo. Embora o Ex-Líder do Governo, na minha cidade também, Deputado que sempre falou que tinha dado tudo certo na terceirização, não deu certo! Sei que quando voltar para cá, no ano que vem volta aqui o Deputado Hussein, talvez continue dizendo que vai dar certo, mas não deu certo. Não deu certo, tanto que mudamos três vezes a lei. Agora vão inventar outro tipo de terceirização. Até quando o Paraná será laboratório à custa de pertermos qualidade de ensino? Porque alguém tem que ganhar e ganhar muito com as terceirizações. O segundo assunto que me traz, Sr. Presidente, não é o fato de ontem um aliado do Presidente Jair Bolsonaro ter saído dando tiros na Polícia Federal, Deputado Elio, jogado granada e depois ser recebido como se fosse um chá das cinco pelo policial federal indicado pelo Ministro que foi determinado pelo Presidente Jair Bolsonaro que acompanhasse o caso. Primeiro o padre, aquele padre Pokémon vai fazer a mediação. O padre Pokémon vem com aquele jeitão estranho fazer a mediação e entregar o fuzil, pega a arma do jeito que quer, entra na casa, provavelmente se havia alguma coisa que pudesse incriminá-lo foi retirado e a Polícia Federal lá fora esperando por oito horas. Isso depois de ter sido alvejada, isso depois de ter tido granadas, isso depois de ter ferido os policiais federais, que nos solidarizamos com os policiais federais que estavam no cumprimento do seu dever, estavam cumprindo uma ordem judicial. Por que judicial? Porque o Sr. Roberto Jefferson descumpri aquilo que prevê o uso da tornozeleira eletrônica, que é não entrar nas redes sociais, não ter armas em casa, não se comunicar com pessoas do lado de fora. Fazia tudo o contrário! E aí ficou bravo quando foi alguém lá e resolveu dar tiros. Mas, foi superbem recebido, talvez até, se demorasse um pouquinho mais, teria um coquetel ali para comemorar, como disse o policial federal dando risadas:

*Eram só agentes. Não tinha nada, Deputada Mabel, uma só uma brincadeirinha, só foram alguns tiros de fuzil. Queria ver se isso aí fosse em qualquer outro lugar que não fosse na casa do Roberto Jefferson. Mas, não vamos entrar nessa *pira*, não, porque o que queremos discutir aqui é a proposta de Jair Bolsonaro de não fazer mais nenhum reajuste do salário mínimo, esse que é hoje indexado pelo índice da inflação. Se o Brasil não tivesse adotado a política de valorização do salário mínimo nos anos de 2005 a 2018, nos Governos da Dilma, do Lula e do Temer, hoje teríamos 60 milhões de brasileiros que estariam recebendo R\$ 699,00 de salário ou aposentadoria. Seiscentos e noventa e nove reais seria o salário mínimo hoje se não houvesse valorização do salário mínimo. Um valor muito parecido com esse tal Auxílio Brasil R\$600,00 e metade R\$1.212,00 do mínimo, em 2022. Esse cálculo foi feito pela economista Carla Beni, da Fundação Getúlio Vargas, ao corrigir o valor do mínimo de maio de 2004 até janeiro de 2022. A política de valorização do salário mínimo, que foi adotada em 2005, é a maior política de distribuição de renda do País. Entretanto, agora, fala Paulo Guedes que devemos desindexar o salário mínimo. Então, vamos ter dois salários mínimos. Um salário mínimo para quem vai procurar emprego, Deputada Mabel, que vai receber o salário mínimo e outro para quem recebe a aposentadoria. Esse da aposentadoria não é obrigado a ter reajuste, o outro, obviamente, que terá reajuste, mas esse não tem. Então, significa que quem recebe hoje via aposentadoria 10 salários mínimos ou seis salários mínimos e receba R\$ 6 mil o teto, o salário mínimo vai ficar congelado dois, três, quatro anos. Quer dizer, não vai porque o Bolsonaro não vai ganhar a eleição, mas se ganhasse a eleição ficaria congelado. Essa proposta mata de vez qualquer possibilidade de recuperação da economia e do salário mínimo. Atende a quem? Atende à Federação das Indústrias? Atende à Federação dos Bancos? Atende à Federação do Comércio? Não sei, mas com certeza não atende à população brasileira, que depende do salário mínimo para viver. É bom lembrar que essa população é majoritariamente, no Brasil, aquela que mais depende do Estado. Ao mesmo tempo em que você faz uma desindexação, do ponto de vista da inflação do salário mínimo dos aposentados, você continua indexando todos os demais*

produtos. Então, fica aqui, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, a nossa preocupação, o nosso registro, que, como falei, não vamos entrar nessa paranoia do que Roberto Jefferson e os seus policiais que o receberam, apesar, apesar de ter cometido mais um crime, foi recebido quase, Deputado Arilson, com um coquetel, quase com um abraço. Vi o policial, quando o policial federal falou com ele, só faltou abrir os braços e falar: *Vem cá, parceiro. Vamos comemorar que só deu cinco, 10, 12, tiros.* Ele só jogou duas granadas ou três granadas. Que coisa maravilhosa! A nossa solidariedade aos policiais ou à Polícia Federal que foi cumprir a ordem. Repúdio à atitude da pessoa, que, estando em negociação, descumpre todos os preceitos que a legislação determina. Vamos continuar dizendo que o salário mínimo de Jair Bolsonaro não é o salário mínimo que queremos. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito ao 1.^º Secretário que proceda à leitura de mensagens que acabam de chegar aqui à Casa. Na sequência, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Miqueletto, após a leitura das mensagens.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Mensagem n.^º 83/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o pedido de homologação do Decreto n.^º 12.440, de 18 de outubro de 2022, que objetiva promover alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.^º 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar as disposições dos Convênios ICMS 59, de 30 de julho de 2020 e 161, de 1.^º de outubro de 2021, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, que alteram o Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012, o qual concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, u autistas, alcançando agora também as pessoas com síndrome de Down; diante de tal fato e da exigência legal, requer-se seja expedido Decreto Legislativo, garantindo o benefício fiscal do referido convênio; **Mensagem n.^º 84/2022** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o pedido de

homologação do Decreto n.º 12.442, de 18 de outubro de 2022, que objetiva promover alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 7.871, de 29 de abril de 2021, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, que autoriza a isenção de ICMS nas operações com medicamento Pegaspargase, destinado ao tratamento de câncer; diante de tal fato e da exigência legal, requer-se seja expedido Decreto Legislativo, garantindo o benefício fiscal do referido convênio; **Mensagem n.º 85/2022** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o pedido de homologação do Decreto n.º 12.441, de 18 de outubro de 2022, que objetiva alterar o art. 11 do Decreto n.º 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre benefício fiscal de crédito presumido do ICMS concedido, no âmbito do Programa Paraná Competitivo, aos estabelecimentos que operam exclusivamente na modalidade de comércio eletrônico, “e-commerce”, para fins de prorrogar o prazo final de vigência do benefício de 31 de dezembro de 2022 pra 31 de dezembro de 2028; diante de tal fato e da exigência legal, requer-se seja expedido Decreto Legislativo, garantindo o benefício fiscal do referido convênio; **Mensagem n.º 86/2022** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o pedido de homologação do Decreto n.º 12.439, de 18 de outubro de 2022, que autoriza a isenção do ICMS nas operações com absorventes destinadas a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal e as suas fundações; diante de tal fato e da exigência legal, requer-se seja expedido Decreto Legislativo, garantindo o benefício fiscal do referido convênio. Era isso o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, venho aqui à tribuna para comentar um pouco da minha caminhada, porque estive com o Governador, na semana passada, em várias localidades. Aqui queria posicionar aos nossos Deputados da Base, nossos amigos todos, da maneira em que o Governador é recepcionado pelos municípios que tem passado, pela forma

responsável, pela transparência dos seus atos, pela sua condução. Estivemos em Arapongas fazendo uma vistoria, em uma escola importantíssima daquele município, mostrando a importância e a força que Arapongas têm no Governo do Estado. O Prefeito Sérgio Onofre mostrando a sua liderança, o seu comprometimento com o município e com os convênios que têm com o Estado do Paraná. Fiquei feliz de ver os pais dos alunos e alunos com uma escola modelo, que foi inaugurada há poucos dias e que leva o nome de uma Parlamentar, de uma pessoa que esteve aqui nesta Assembleia, Irondi Pugliesi, que recebeu o nome da escola, uma escola grandiosa, com 20 salas. Em uma demonstração de muito respeito com essa Parlamentar que esteve aqui, que também foi esposa do Waldyr Pugliesi, que foi Deputado Estadual, que também deu grandes contribuições com esta Assembleia e com o povo paranaense. Fiquei feliz com a maneira que a população recepcionou o Governador, recepcionou várias lideranças que o acompanharam, mostrando mais uma vez o seu compromisso, o seu espírito público, na forma de governar, ao ponto que, em Arapongas, o Governador ter 82% dos votos da população. Então, isso mostra o compromisso que o município de Arapongas tem e o Prefeito Sérgio Onofre, a responsabilidade. O Governador recepcionado de forma calorosa lá em Arapongas. Depois seguimos adiante, fomos a Cascavel. O Governador foi também a um evento importantíssimo de sustentabilidade, um empreendimento grandioso que vem ser uma das maiores obras na área de fotovoltaico. Uma fábrica nova aqui no Estado do Paraná de última tecnologia. Um dos maiores investimentos nessa área no Brasil e aqui no nosso Estado. Então, isso mostra também a força do nosso Oeste na representatividade dos nossos Parlamentares, que também lá acompanharam. O Prefeito Paranhos também esteve lá. Tivemos também com a Uopeccan, o Governo do Estado colocando vultosos recursos, dezenas de milhões de reais para que possamos ter ainda mais condições de fazer com que a Uopeccan possa trazer melhorias na área da saúde, principalmente para as pessoas na área do câncer. Então, um investimento pesado do Governo do Estado, o Governador avalizando isso. Estava lá também o Secretário Beto Preto, com Parlamentares, para que possamos cuidar não só dos paranaenses, como também irmãos de

outros estados serem tratados na Uopeccan. Só lá naquele dia, e ainda mais com o município de Cascavel, foram mais de R\$ 60 milhões de investimentos do Governo do Estado para com o município e também com a Uopeccan. Então, isso mostra a demonstração de um Governador em todas as regiões pulverizando recursos para que possamos melhorar a qualidade de vida. E depois de um evento à noite, com esse grande investimento na área de sustentabilidade, com essa fábrica de fotovoltaica, uma das maiores do Brasil e a maior do Estado do Paraná, para que possamos continuar projetando o nosso Estado como um dos estados mais inovadores, modernos, mas, acima de tudo, como o líder n.º 1 de sustentabilidade no Brasil. Queria trazer esta mensagem aqui aos nossos Parlamentares que estamos aqui, Marcio Nunes acompanhou, esteve junto, e que ajudou a fazer essa grande transformação na sustentabilidade do nosso Paraná, e com o investimento pesado, investidores olhando para o nosso Estado, gerando emprego, gerando riqueza, gerando um Estado mais inovador, mais moderno, acima de tudo mais sustentável e trazendo também condições melhores para que os nossos produtores rurais possam utilizar desses investimentos, dessa instalação dessa grande fábrica. Então, dizer a todos vocês que é um orgulho para o Estado do Paraná o Governo que temos, um Governador que tem tido uma aprovação fantástica do povo paranaense pela maneira que vem conduzindo, pelas tratativas que está tendo também com o próprio Governo Federal, com a nossa Itaipu, são bilhões de reais de investimentos em obras estruturantes, importantes para que possamos continuar verticalizando, gerando emprego, renda e melhorando a vida dos nossos paranaenses. Então, quero aqui deixar um recado dessa viagem que fizemos com várias lideranças e do respeito que o Governador está tendo com todos os Prefeitos do Estado do Paraná, com as lideranças, e as obras acontecendo e gerando oportunidade ao nosso povo paranaense. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson, pela Liderança do PT.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidente Traiano, a todos os Deputados, Deputadas, ao público que acompanha esta Sessão. Estamos diante de uma escalada de violência que precisa ser contida, violência que é cuidadosamente plantada, cultivada por setores que precisam ser derrotados nas urnas do Brasil no próximo domingo. Quem se lembra das eleições de 2018 sabe muito bem como o inominável foi eleito, por meio de uma plataforma de violência e de radicalização de alguns setores da sociedade. Com a aproximação da data do segundo turno e com a consciência da derrota, restou ao bolsonarismo a intensificação desse radicalismo e desse ambiente de ódio violento. O vídeo publicado por um dos amigos entusiastas da candidatura do Bolsonaro, Roberto Jefferson, atacando o STF e a Carmen Lúcia, é uma demonstração clara disso. No último domingo, o Brasil acompanhou, estarrecido, o episódio de Roberto Jefferson no cumprimento de uma ordem judicial. Foram detonadas duas granadas e mais de 20 tiros de fuzil contra policiais federais. Muitos falaram que ele era um homem-bomba. Não, ele é o homem-granada. Uma pessoa, que nesse ambiente radical, exemplifica muito o que está acontecendo em nosso País. Essa é a expressão mais clara e pura do bolsonarismo, que só respeita policial se o policial não enxergar as suas ilegalidades. Vou aqui fazer um alerta para quem alimenta esse sistema, a cadela do fascismo, Deputado Romanelli, morde a mão inclusive de quem trata dela. Vejam os senhores que quando o bolsonarismo tentou aproximação com as forças policiais, buscando atraí-las no campo de influência, agora as ataca. E aqui a nossa solidariedade aos servidores da Polícia Federal que foram atingidos nesse fim de semana e estão recuperando sua saúde. Não se enganem, estar ao lado do bolsonarismo não significa que você vai ser isento de ser vítima. Ainda ontem o Presidente tentava expurgar a sua imagem ligada a Roberto Jefferson, como ele fez com o Luciano Bivar, com o Bebiano, com a Joice, com o Frota e com tantos outros que foram aliados de primeira hora. O fascismo não tem aliado, tem servos, e aqueles que não obedecem às suas ordens são considerados inimigos. Passamos por um momento delicado, e com tudo isso ainda vem o atual Presidente, com o Paulo Guedes, tentando desvincular da inflação o reajuste do salário mínimo e da aposentadoria. Isso é

perverso, e é a principal pauta que devemos prestar atenção. A questão do Roberto Jefferson é um caso da Justiça, da polícia, a nós, políticos cabe defender o salário mínimo do povo, a aposentadoria, as pensões, é uma perversidade que tomou conta muito grande do Brasil. Com esse congelamento do salário mínimo, é visível o corte de 87% no orçamento do leite, no combate ao câncer, é uma política mesquinha no corte da educação, e a entrega de medicamentos para pessoas portadoras de HIV. Essa perversidade só está continuando, vocês lembram muito bem como foi o tratamento dado às pessoas da Covid, a frase mais elegante era: "E daí, não sou coveiro". É esse sentimento que está em disputa nas eleições no próximo domingo, e precisamos, de fato, fazer com que *pinte um clima*, mas não de aliciamento das meninas menores venezuelanas, *um clima* de esperança no Brasil, do fim do Bolsonaro e do bolsonarismo na política, que consigamos dar fim a essa ramificação maléfica que usa o nome de Deus para propagar maldade ao povo. Jesus nasceu pobre, caminhou com os pobres, defendeu os pobres, e pediu para ficarmos ao lado dos pobres. Às vezes, Luciana, falam que é comunismo, mas não é, é só o Evangelho. E quem está aqui hoje ouvindo esse pronunciamento, fica um alerta, quem está do lado desse ser perverso, não está do lado dos pobres, está contra os pobres, está a favor da fome e da miséria, que está sendo estimulada como política de Governo para ter esse ambiente odioso. E não está tendo só violência física, está tendo violência política. Aqui no Paraná acabo de receber o despacho do Ministério Público do Trabalho sobre a Cooperativa Agroindustrial Lar, multa de R\$ 200 mil dia caso se recuse a abster-se de prometer benefício, ou emprego em troca de voto, abster-se de ameaçar, constranger, orientar pessoas a favor de Bolsonaro, abster-se de praticar assédio moral eleitoral, abster-se de fazer campanha em favor do candidato, abster-se imediatamente de veicular propaganda político-partidária em comunicados dirigidos aos seus empregados no âmbito da relação de trabalho, abster-se de se realizar manifestações políticas no ambiente de trabalho e pedir voto. E, ainda, concede aos empregados que prestaram serviço em seu favor no domingo, no dia 30, o tempo necessário para votar, sem cobrar por isso. O que a Lar Cooperativa fez é um exemplo flagrante de violência política. O seu dirigente é

um irresponsável, o seu dirigente é uma pessoa que não corresponde à magnitude que é aquela Cooperativa. Os cooperados não têm culpa disso, mas o dirigente é o responsável direto por usar uma máquina privada para sanear o ódio e fazer pressão política. Estamos em um momento de maior violência física, dos meios econômicos, dos meios de comunicação e também do uso da máquina pública. Relatei aqui na semana retrasada o uso do Vice-Governador, Darci Piana, do espaço do Tribunal de Contas, e hoje estou protocolizando uma ação contra o Governo do Estado, estou com um apanhado de fotos do evento de Arapongas na quinta-feira, de carro do Governo, carros de Prefeituras sendo usados no evento e ao redor do evento. Não dá para admitir que o Governador faça campanha com o dinheiro dos impostos do povo paranaense. Não dá para admitir que use a máquina, que era para ser usada na saúde e na educação, para fazer politicagem baixa. Não é esse o papel de um Governador. Governador tem que cuidar do Paraná como um todo, independentemente da preferência de voto que tem o cidadão paranaense e não usar o aparato do Estado para fazer política. As eleições estão se aproximando no próximo domingo e se queremos um Paraná saudável, um Paraná responsável, como a propaganda do Governo fala, é primeiro respeitando o povo paranaense. Não dá para acreditar que a máquina pública seja usada escancaradamente e sem medo de punição, achando-se acima da lei. Mas a lei é para todos, inclusive para o Governador do Estado e seus apoiadores. Não dá para admitir que use a prática que o G7 está querendo usar, de ameaças aos funcionários, de ameaças aos setores que produzem aqui dentro do Governo do Estado. Tudo bem, que eles mandam no Governo já sabemos, agora, querer usar a máquina não vamos admitir. A eleição do povo brasileiro, com o Lula no próximo domingo, é, inclusive, a libertação disso tudo, das grandes oligarquias da política, do grande poderio econômico financeiro e do grande empoderamento que se deu a alguns meios de comunicação que, por meio de outorga pública, agora resolveram fazer campanha política. Ora, se fosse para fazer isso, saíssem candidatos e disputassem o voto com o povo. Não dá para se admitir. Não vamos nos calar. Ações como essas que aconteceu com a Lar Cooperativa vão acontecer com outras empresas, mas vai acontecer com o

Governo do Paraná que perdeu a compostura, que perdeu o respeito às instituições e que agora resolveu fazer política usando os bens públicos. Não vamos tolerar ameaças aos Prefeitos, pressão em Vereadores, e o uso, Deputada Luciana, de ameaças eleitorais. Quer fazer política vá para a rua, peça seu voto. Agora, aparelhamento não dá. Seu que a situação está difícil para o lado de lá. O desespero está tomando conta, porque está se aproximando o dia 30, mas saiba disputar o jogo sem usar as regras não autorizadas pelo processo eleitoral, de acordo com a legislação eleitoral brasileira. É hora do confrontamento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É hora do confrontamento político programático dos programas, das propostas, do histórico do que feito pelo Brasil. Agora, não o uso das máquinas, do setor privado, do setor de comunicação e da máquina governamental. Chega, o Paraná não precisa disso. Não sei o que há mais de interessante nesse processo para o atual Governo do Estado. Amanhã vou fazer uma fala sobre o pedágio, porque descobri uma coisa sobre o pedágio no Estado do Paraná, nesse final de semana, que não vinha sendo trazida no debate eleitoral. E amanhã, poder ser que essa questão do pedágio esteja vinculada a essa ganância de fazer com que o atual Presidente se reeleja. Amanhã comentamos essa relação do pedágio com a eleição no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Nova Olímpia, Sr. Luiz Sorvos, por solicitação dos Deputados Soldado Adriano José e Tião Medeiros. Sejam bem-vindos. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Nereu Moura (MDB), conforme § 3º Inciso I art 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Delegado Jacovós (PL), Goura (PDT) e Ricardo Arruda (PL) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 459/2022**, do Deputado Natan Sperafico, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficiente Beit Abba, com sede no município de Toledo; **Autuado sob o n.º 460/2022**, da Deputada Mabel Canto, que altera a Lei n.º 16.600, de 8 de novembro de 2010, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas cidades pólo, e a Lei

n.º 18.895, de 10 de novembro de 2016, que dispõe sobre a divulgação dos direitos das pessoas com neoplasia maligna – câncer – pelos órgãos públicos do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Senhores Deputados, quatro redações finais. Faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 242/2022, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Hidalgo Neto.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 308/2022, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia da Juventude Maçônica, a ser realizado anualmente em 18 de agosto.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 354/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Capital Estadual dos Muladeiros ao município de Nova Tebas.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 358/2022, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que altera o art. 1.º da Lei n.º 16.069, de 3 de março de 2009.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 5 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 945/2019, de autoria do Deputado Goura, que altera a redação do art. 80, V e do art. 91, acrescenta §5.º ao art. 86 e suprime o inciso III do art. 93 da Lei n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Estado do Paraná.

Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Substituto Geral da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Paulo Litro e Tadeu. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Del. Jacovós, Goura, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (8 Deputados).]** Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 6 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 323/2022, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, que concede ao município de Rio Branco do Sul o título de Capital do Cimento. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo Geral da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Coronel Lee, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 757/2017, de autoria da Deputada Maria Victória e dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli e Gilson de Souza, que institui o Prêmio Estadual de Direitos Humanos Zumbi dos Palmares no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Substitutivo geral da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1, dos Deputados Homero Marchese, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Luiz Fernando Guerra, Ricardo Arruda e Marcio Pacheco.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 431/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 73/2022, que altera a Lei n.^º 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.

Parecer favorável da Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede à Base o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Coronel Lee, Elio Rusch, Galo, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Requião, Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (42 Deputados); Abstenção: Luciana Rafagnin (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Artagão Junior, Coronel Lee, Del. Jacovós, Elio Rusch, Goura, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (11 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.º 431/2022.**

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Registrar meu voto “sim”, Presidente, porque não votei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 444/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 75/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Orçamento. Em discussão. Em votação. Como em caminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Elio Rusch, Goura, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Requião Filho, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 444/2022.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 445/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 76/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Orçamento. Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Requião Filho e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Jacovós, Elio Rusch, Goura, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nereu Moura, Requião Filho e Ricardo Arruda (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 445/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 455/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 78/2022, que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 21.228, de 6 de setembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2023. Parecer favorável da Comissão de Orçamento, na forma do substitutivo geral. Vamos submeter ao voto o Projeto na forma de substitutivo geral.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Estamos votando agora o Projeto de Lei 455/2022, que tem como, insuspeito o autor, o Governador do Estado. Um Projeto de Lei do Poder Executivo para aumentar o Orçamento dos demais Poderes e órgãos do Estado do Paraná. Em resumo: o Projeto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, para, em primeiro lugar, aumentar a fatia do Orçamento do Estado que cabe ao Ministério Público em 0,1%. Dos atuais 4,1% para 4,2%. Isso significa – considerando a estimativa para ano que vem – um acréscimo de R\$ 32 milhões, além, é claro, do acréscimo vegetativo que o Orçamento deve ter no ano que vem. Segundo ponto da lei: ela indica que haverá abertura de crédito suplementar para repassar mais dinheiro para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, caso haja alteração constitucional ou de uma lei federal que implique em aumento de despesa com pessoal, o que certamente vai acontecer e acontece sempre especialmente quando há reajuste do teto remuneratório do funcionalismo público no Paraná. Então essa é uma previsão que vai se concretizar. Terceiro ponto: o Projeto de Lei suplementará o Orçamento da Defensoria Pública em cerca de R\$ 20 milhões em caso de excesso de arrecadação. Essa é uma emenda que foi feita aqui, dentro desta Casa Legislativa, não veio assim do Poder Executivo. Era uma autorização para o Poder Executivo, agora é uma obrigação para o Poder Executivo aumentar em R\$ 20 milhões o orçamento da Defensoria Pública, caso haja excesso de arrecadação. E, por fim, o quarto ponto previsto pelo Projeto: revogação do artigo que hoje existe que obriga Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Defensoria Pública a pagar os precatórios e as requisições de pequeno valor, de seus servidores. A partir de agora o Governo do Estado será responsável por pagar os débitos trabalhistas dos outros Poderes, o que é bastante inusitado, é uma, digamos assim, uma bondade do Governo do Estado. O que é curioso nesse Projeto de Lei do Executivo, Deputado Adelino, é que o Executivo anuncia para o ano que vem que deve haver uma crise fiscal muito grande. Recentemente houve uma Audiência de prestação de contas aqui e o Governo do Estado anunciou que vai haver uma crise econômica para o ano que vem, mas, ao mesmo tempo, renuncia parte do

seu Orçamento para repassar para os demais Poderes do Estado e os órgãos constitucionais do Estado do Paraná. E pedi à minha equipe...

Deputado Tadeu Veneri (PT): Deputado Homero, concede-me um aparte?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Sim. Pedi à minha equipe que fizesse um levantamento para saber como é que está a situação financeira dos demais Poderes e órgãos do Estado. Fomos hoje até o Portal da Transparência, acessamos o relatório de gestão fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal e temos o resultado aqui. O Tribunal de Justiça hoje tem armazenado em Fundos R\$ 1 bilhão e 200 milhões; o Tribunal de Contas R\$ 318 milhões; o Ministério Público R\$ 235 milhões; a Defensoria Pública R\$ 106 milhões e a Assembleia Legislativa R\$ 52 milhões, em um total de R\$ 1 bilhão e 700 milhões, quase R\$ 2 bilhões. É verdade que parte desses recursos se referem a demonstrativos de 2021, eram os últimos que tinham disponíveis no Portal da Transparência, e parte desses recursos também são utilizados para pagar despesa de pessoal. Mas o valor estimado é esse que está aí. E perguntamos: o que é que os Poderes vão fazer com esses novos valores que vão ser repassados a eles? E nos chama a atenção a notícia recente do G1, da RPC, que diz o seguinte: “TJ/PR aprova indenização retroativa a juízes e desembargadores, o valor pode passar de R\$ 200 milhões”. De acordo com a notícia, um decreto recente do TJ aprovou o pagamento de indenização retroativa a Juízes e Desembargadores que acumularam processos, funções ou jurisdições entre 13 de janeiro de 2015, 15, e 06 de abril de 2018. Para receber a gratificação, os Magistrados devem declarar que acumularam trabalho no período, assumir a responsabilidade em uma declaração e assinar o requerimento. E dos 939 Magistrados no Paraná, 863 fizeram pedido até a última quarta-feira, dia 19. De acordo com o TJ, o valor estimado para pagamento era de R\$ 204 milhões. Fazendo uma conta aqui, pela média, seriam cerca de R\$ 231 mil por Juiz ou Desembargador. Essa é uma conta pela média, não estou dizendo que vai acontecer isso. De acordo com o TJ, o CNJ teria recomendado que todos os tribunais do País fizessem esse pagamento. Mas, procurado pela reportagem, o CNJ disse que não, que não houve análise da regulamentação trazida pelo

decreto. O Ministério Público do Paraná foi ouvido e disse que, evidentemente, como sempre o faz, alegando a necessidade e o direito à equiparação dos vencimentos de Promotor e Juiz, também vai dar esse pagamento aos seus membros. Então, pergunto-me se esse pacote do Tribunal... esse Projeto de Lei do Governador vai servir para pagar a despesa de pessoal dos demais Poderes: esse tipo de indenização ou outro tipo de indenização que se acaba pagando. É muito comum, por exemplo, que Juízes e Promotores acabem indenizando um dos seus dois meses de férias, todo ano, e isso dá um valor significativo. Só quero dizer que, com o meu voto, não vão fazer isso, vou votar contra esse Projeto de Lei. Pergunto, inclusive, ao Procurador-Geral do Ministério Público, ao Presidente do Tribunal de Justiça: por que que não conversam com todos os Deputados em uma situação como essa? Esse é um assunto, por exemplo, que gostaria de participar de uma conversa como essa porque entendo desse assunto, entendo um pouco de orçamento público. Seria interessante saber quais são os motivos alegados para que haja aumento de repasse aos demais Poderes, mas preferem falar sempre com os mesmos Deputados a respeito do assunto. E não sei o que esses Deputados falam, também, para esses chefes de Poderes. Em uma dessas acabam se tratando como se todos os Deputados tivessem a mesma opinião sobre o assunto ou a mesma postura sobre o assunto. Posso garantir que isso não acontece. E também pediria ao Governo do Estado que fizesse a defesa do seu próprio Projeto. Mandou o Projeto faz uma semana para a Casa, em regime de urgência, ninguém sabe por que. Não tem urgência nenhuma nesse assunto, e não faz a defesa do Projeto. Gostaria até se o Líder do Governo ou eventualmente o Relator do Orçamento pudessem defender esse Projeto em público. Por que o Executivo em vez de construir rodovias, aumentar a segurança pública, aumentar a qualidade da educação e da saúde, vai transferir recursos para os demais Poderes? Esperamos que não estejam, eventualmente, combinando o jogo entre as instituições. Fica essa impressão de que é mais fácil combinar o jogo entre as instituições do Paraná do que cada um fazer a sua parte. Deputado Tadeu, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, não cabe emenda e encaminhamento. Aparte, melhor. Desculpa.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Inscrevo-me para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Espero que esse Projeto, sob o pretexto de pregar a harmonia entre os Poderes, não pregue a mesmice, a complacência, não pregue o silêncio, como tem que se agir, porque acho que o que interessa no interesse público é defender os interesses da população. Tenho o máximo respeito pelos órgãos constitucionais do Paraná, pelos Poderes aqui do Centro Cívico, mas, evidentemente, quando a situação e a circunstância são essas, desconfiamos de que essa harmonia está entre aspas e não como devia estar afirmada em letras capitais. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado... O Deputado Romanelli havia solicitado antes, Deputado Tadeu, acabei não inscrevendo. Na sequência, V.Ex.^a.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, o senhor me permite falar aqui da minha posição, senão vou ao Plenário, se preferirem. Não há problema nenhum? Peço ao Deputado Alexandre Curi que fique aqui no meu lugar, por favor, para evitar controvérsias. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, permitam-me usar a tribuna, que é um lugar que me sinto muito à vontade aqui nesta Casa. Queria, data vénia ao entendimento que foi aqui fundamentado pelo Deputado Homero Marchese, quero dizer, primeiro, Deputado Homero Marchese, no que concerne aos recursos que V.Ex.^a falou em relação à Assembleia Legislativa, os R\$ 52 milhões, quero informá-lo o seguinte: que iniciamos o ano de 2022 com um superávit financeiro no valor de R\$ 52 milhões, 391 mil, 355 reais e 16 centavos. Esse valor foi integralmente devolvido à Secretaria Estadual da Fazenda, por meio de incremento orçamentário, por força da própria LDO. A LDO, no seu § 6.^º diz o seguinte: “O saldo financeiro decorrente

dos recursos entregues na forma do *caput* deste artigo deve ser restituído ao Caixa Único do Tesouro do Ente Federativo ou terá o seu valor deduzido nas primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte, conforme previsto no § 2.º do art. 168 da Constituição Federal.” Bom, essa foi a alteração feita pela Constituição, pelos Deputados Federais e Senadores. E, ao mesmo tempo, senhoras e senhores, só para poder deixar claro: temos no Femalep, que é o Fundo de Modernização da Assembleia Legislativa, o total de R\$ 176 mil, 781 reais e 78 centavos. Estou dizendo dessa forma para deixar claro a todos que os recursos s que se refere o Deputado Homero Marchese eles não existem no caso do Poder Legislativo, a não ser o provisionamento que temos dos recursos para o pagamento de 13.º e outras despesas que teremos até, obviamente, o final do exercício de 2022. Digo isso no sentimento de que muito provavelmente os outros números também, que não sei qual a fonte que foi obtida a informação, porque não há fonte na informação dada, posta pelo Deputado Homero, também não sei qual é a origem da fonte, então, não posso dizer em relação aos demais, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Mas depreendo que deve ter a mesma lógica do que estamos tratando aqui, considerando que o valor da Assembleia buscamos a explicação. Agora, quero dizer o seguinte, senhoras e senhores: a Mensagem que foi enviada a esta Casa de Leis pelo Governador do Estado é fruto da construção de soluções compartilhadas que temos, ao longo dos anos, construído com o Poder Judiciário, com o Tribunal de Contas do Estado, com a Defensoria Pública, com o Ministério Público. Veja o exemplo da Defensoria Pública. Estamos fazendo o incremento em relação ao orçamento da Defensoria Pública, porque queremos reduzir o quanto que estamos gastando, hoje, com honorários em relação à advocacia da ativa. É uma construção inteligente que envolve efetivamente um debate da Defensoria Pública com a área de gestão do Poder Executivo do Estado do Paraná. Por isso, o Governador enviou uma Mensagem possibilitando o incremento do orçamento da Defensoria Pública para o exercício fiscal de 2023. Da mesma forma, em relação aos outros Poderes e Ministério Público. Há uma construção de soluções em relação aos grandes temas que interessam à economia e à gestão pública do Estado do Paraná. Todos os recursos, na

verdade, eles constam da nossa peça orçamentária, da LOA, da Lei Orçamentária Anual, que esta Casa terá que votar, mas antes tem que votar justamente essas alterações aqui na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ao mesmo tempo, talvez, poucos ou alguns não saibam, creio que a maioria sabe, que os Poderes, incluindo a Assembleia Legislativa, Deputado Tadeu Veneri e Deputado Homero Marchese, recebemos, com base no orçamento nominal, por meio do instituto constitucional, que é o duodécimo. Ou seja, recebemos parcelas mensais com base na expectativa, na receita orçamentária anual. Quando há excesso de arrecadação, esses recursos são sempre fruto de um debate, de uma discussão com os Poderes e com o Ministério Público, e pactuado efetivamente na maior parte das vezes do não repasse desses valores. Isso tem sido histórico, esse processo de negociação permanente entre o Poder Executivo e os Poderes e o Ministério Público. Por isso, quero dizer que, quero pedir a esta Casa de Leis, em meu nome e da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, a aprovação da Mensagem que foi enviada pelo Governador do Estado do Paraná, porque ela adequa o orçamento do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público. Não há nenhum recurso para a Assembleia Legislativa especificamente, mas estamos tratando, na verdade, é de poder fazer com que tenha, do ponto de vista orçamentário e financeiro, aquilo que é correspondente à gestão compartilhada que é feita do Estado do Paraná. Pedimos o voto “sim” à aprovação da presente Mensagem do Poder Executivo, ou seja, o Projeto de Lei n.º 455/2022. Era isso. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Tadeu.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *pela ordem*. Quero fazer uma informação. Acaba de sair, no site da UOL, o resultado da pesquisa Atlas. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 53; Jair Bolsonaro, 47. Pesquisa contratada pela Intel. Gostaria de transmitir a informação. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. O Deputado Romanelli obviamente tem toda a razão para fazer a defesa da independência entre os Poderes, Deputado Romanelli, mas ainda acredito que estamos em uma situação muito contraditória. Ao mesmo tempo em que o Estado, aí se entenda Poder Executivo, abre mão de parcela daquilo que seria recursos próprios seus, daquele 0.1; ao mesmo tempo em que o Governo, também assume as RPVs de parte do próprio Poder Judiciário, do Ministério Público, o Governo corta recursos que poderiam vir para servidores públicos por meio de reajuste salarial. É contraditório e falei isso, por isso que estou repetindo aqui, quando vem o Secretário da Fazenda e diz que é preciso que tenhamos uma cordialidade entre os Poderes. Prefiro que tenhamos independência entre os Poderes. O respeito é claro que deve existir, vai existir e continua existindo entre nós, mas esse termo cordialidade entre os Poderes, Sr. Presidente, soa-me de forma muito diferente daquilo que acredito ser o papel do Executivo, do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público. É preciso respeito e, como disse aqui, acredito que existe respeito, mas cordialidade nos dá a impressão de certa facilidade para alguns e dificuldades para outros. Como disse o Secretário, quando a casa de um está pegando fogo, o outro tem que agir para ajudar. Mas, será que não está pegando fogo na casa dos servidores públicos que estão há seis anos sem reajuste salarial? Vejam, é só o Executivo. Esta Casa cumpriu o seu papel e a Mesa Diretora fez isso pagando o reajuste salarial, que não é aumento, é reajuste de inflação; o Ministério Público, por sua vez, fez o mesmo, o Judiciário fez o mesmo, o Tribunal de Contas fez o mesmo, a Defensoria fez o mesmo e só mesmo o Executivo que não faz. Por quê? Porque faltam recursos, Deputado Arilson? Não! Não faltam recursos. Houve no ano passado um excesso de arrecadação de cerca de R\$ 8 bilhões. Não é por falta de dinheiro, é uma opção política. O Estado hoje poderia chegar a 49% do percentual que tem de gastos com o servidor público e está em 39, Deputado Romanelli. Trinta e nove! O senhor já foi Líder do Governo, o senhor já esteve muitas vezes no Palácio

negociando inclusive pelos servidores públicos de todas as áreas. Tenho conversado com os servidores públicos, o que acontece com a Polícia Civil e a Polícia Militar, hoje, é um desastre! Temos policiais trabalhando mais de 100 horas por semana, policiais que não conseguem ir para casa, policiais que têm que fazer bicos, policiais que não têm a menor perspectiva de vida a não ser trabalhar e algumas vezes acabam entrando em um processo que diria que é no mínimo ilegal, quando passam a fazer algumas atividades, ainda que essas atividades não sejam criminosas, mas algumas atividades que comprometem os seus trabalhos. Professores trabalhando 60 horas – 40 horas na escola pública e 20 horas na escola privada. Estive hoje, por coincidência, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, estive hoje no Hemepar, para fazer aquilo que acho que é obrigação de todos nós, que é doação de sangue. Enquanto conversava com as funcionárias do Hemepar, Deputado Homero, para fazer a doação de sangue, as funcionárias me falavam assim: *Estamos aqui terceirizadas com no máximo, quando recebemos, recebemos um salário mínimo.* É essa a cordialidade que fala o Secretário? Alguns recebem o salário mínimo, outros recebem R\$ 39 mil por mês, ou seja, 39 vezes, e ainda têm a possibilidade de venda de férias, de gratificações extraordinárias, de ter retroativo, tentaram fazer aquela história de pagamento por excesso de trabalho, o que o CNJ derrubou. Esse mecanismo não é só no Paraná, é no Paraná, é no Rio de Janeiro, é em Minas Gerais, é no Rio Grande do Sul. O Judiciário não pode ser uma ilha de prosperidade, assim como o Ministério Público, em um mar de dificuldades! O Judiciário já é privilegiado, como somos privilegiados, assim como é também o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Agora, se todos – e é pedido a todos – têm que dar contribuição, por que essa contribuição fica restrita ao Executivo e a alguns cargos do Executivo, porque os cargos comissionados do Executivo não têm contribuição para isso. Então, é óbvio que a nossa Bancada vai votar contra! E não é votar contra porque discorda desta ou daquela pessoa, porque não conseguimos entender como se individualiza esta relação. Não é individualizar a relação do Fulano ou Cicrano, não se trata disso, mas é contra o método que é utilizado! O método é incorreto, o método é beneficiar os que já têm muito e prejudicar os que não têm nada! Ou alguém acha

que uma funcionária do Hemepar, que falei com ela hoje de manhã, consegue sobreviver, Deputado Arilson, com R\$ 1.025,00 por mês? Ou alguém acha que um funcionário de escola, que está contratado hoje pelas treze empresas terceirizadas por Ratinho Junior, algumas cometendo as maiores barbaridades, tais dos Agentes I e II, que chegaram a ficar três meses sem salário, recebendo metade do salário, alguém acha que essas pessoas são diferentes, o seu estômago é diferente de um Juiz, de um Promotor, de um Deputado? Alguém acha que é diferente o voto – porque estamos em período eleitoral –, o voto de uma servidora que às vezes está aqui nos elevadores desta Casa, contratada terceirizada, do voto do Deputado ou do voto do Juiz ou do Desembargador? Alguém acha que é diferente os anseios que tem o policial militar, o policial civil, a professora, o pessoal da saúde, de quem está no Ministério Público? Não é diferente! Se quisermos de fato construir uma democracia, não é possível que uma democracia conviva com uma desigualdade onde uns ganham R\$ 1.000,00 ou R\$ 1.200,00 e outros ganham 10, 20 ou 30 vezes. E não vou fazer nenhuma ilação, Sr. Presidente, porque não é do meu feitio ou do meu papel, agora essa cordialidade gera cordialidade. E há aqui no Paraná, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, uma ação que o Ministério Público Federal já anunciou, Deputado Homero, de cobrança de R\$ 946 milhões do Estado do Paraná, quase 1 bilhão, pelo vazamento de dados feito pela Celepar durante o período eleitoral, no primeiro turno. Um bilhão! Será que aí também vai ter cordialidade? Será que vai ter cordialidade o Ministério Público Estadual de não fazer investigação? Será que vai ter cordialidade o Tribunal de Contas de não olhar o que aconteceu? É esse o perigo da cordialidade. A cordialidade não pode ser regra que seja transformada também em outra cordialidade. Há a obrigação de o Ministério Público Estadual investigar por que a Celepar vazou, Deputado Arilson e Deputada Luciana, voluntariamente ou não, acredito que foi involuntário, dados de milhares de servidores do Estado do Paraná, de cidadãos do Estado do Paraná, que receberam mensagens que não tinham nada a ver para um determinado candidato. E o Ministério Público até hoje não se manifestou! Quem se manifestou? O Ministério Público Federal. Parece que o Estado do Paraná não

tem Ministério Público! E falei uma vez, Deputado Romanelli, com o Procurador do Ministério Público que encontrei no aeroporto, conversei com ele, uma pessoa que prezo muito, e ele até me comentou, faz muito tempo: *Vocês não nos procuram mais.* Falei: *Doutor, não adianta, apresentamos mais de 100 denúncias ao senhor e todas foram arquivadas, absolutamente todas, inclusive dos alimentos em presídios que eram feitos pela Risotolândia e que eram literalmente fraude, fraudados durante o Governo Richa.* Não falou nada! Aí comentei com ele até em tom de brincadeira, falei: *A impressão que dá é que quando é bagrinho alguns órgãos são tubarões e quando é tubarão o órgão vira bagrinho.* Ou seja, mexe-se com muita facilidade com o Prefeito do interior do Paraná, no município menor que tivermos, e com muita austeridade se exige que Prefeito, Vereadores e servidores públicos sejam – e é de fato obrigação – absolutamente corretos, mas quando nos aproximamos da parte de cima da pirâmide parece que há uma cordialidade que não é boa para a democracia, que não é boa para os Poderes e que não é boa principalmente como exemplo para a juventude. Minha mãe dizia, Deputado Romanelli, sempre leio as suas crônicas, mas minha mãe dizia: *Se as palavras convencem, os fatos arrastam.* E este fato nos arrasta a uma conclusão muito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Este fato nos arrasta a uma conclusão muito ruim. Por isso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará contrário, respeitando todas as opiniões, como tem sido o nosso feitio. Mas, votaremos contrário por entender que não cabe ao Poder Executivo abrir mão de receitas da população em prol de outro Poder que já é beneficiado pela própria legislação. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Cordialidade. Queria que essa cordialidade existisse de fato com a população. Hoje mostrei aqui na tribuna uma ação do próprio Ministério Público, uma ação civil pública do próprio Ministério Público dizendo que em Ponta Grossa tem 38.500 pacientes na fila da saúde, gente que está lá desde 2018 esperando por uma consulta, por um exame, por uma cirurgia com especialista. Quando vejo o orçamento sendo remanejado para 30 milhões, para o Ministério Público, pergunto-me: O que fazer com 38.500 pessoas que estão esperando? Será que esses recursos não poderiam ficar na área da saúde, por exemplo, para resolver esse problema aqui? De gente que está perecendo, que está às vezes até morrendo, nessa fila, esperando. Será que não seria o melhor investimento? Com todo o respeito ao Ministério Público que eu tenha, tem coisas que gosto e tem coisas que não gosto. Os servidores bons do Ministério Público como, por exemplo, esses aqui dessa Promotoria, que estão lá lutando pelo povo em Ponta Grossa, merecem respeito. Lá em Guarapuava, Deputada Cristina, imagino que seja o mesmo. Só que temos que ter prioridades. Quais são as prioridades de uma gestão? É resolver o problema do outro Poder ou resolver os próprios problemas? Aqui estou falando de Ponta Grossa, com 40 mil pessoas na fila da saúde. Quanto será que é em todo o Estado? Os números devem ser muito altos. Então, em nome da cordialidade à população paranaense, de quem está na fila perecendo, esperando para fazer um exame importante, para fazer uma cirurgia lá, desde 2018, não tenho como votar a favor de remanejamento de recursos para o Ministério Público. O Deputado Tadeu falou, ali, que você ajuda quando está pegando fogo. Você ajuda o seu vizinho, quando a casa dele está pegando fogo. Não é. Não é o caso do Ministério Público aqui do Estado do Paraná. Muito pelo contrário, o fogo está no próprio Poder Executivo.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): *Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Soldado Fruet.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Fruet.*

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Só, logo após a plenária, reunião da Comissão de Turismo aqui na salinha ao lado. Por favor, Deputados da Comissão de Turismo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Vamos, então, submeter ao voto o Projeto na forma do substitutivo geral. Votando, Sr.^s Deputados. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Queria fazer um apelo aqui a todos os Deputados da Base. Com muita responsabilidade como Líder do Governo faço um pedido a todos, para que votem “sim” à aprovação do Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Mais uma vez, faço um apelo e um pedido aos Deputados da Base, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Mauro Moraes e Boca Aberta.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): O meu voto é “sim”. Não estou conseguindo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Artagão. Estou encerrando a votação. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu**

Veneri e Tercílio Turini (11 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Artágão Junior, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Jacovós, Elio Rusch, Goura, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nereu Moura e Ricardo Arruda (11 Deputados.) Com 32 votos favoráveis e 11 votos contrários, **está aprovado o substitutivo geral. Está aprovado o Projeto na forma do substitutivo geral.**

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Esclarecer um fato, acho que passou despercebido pelo Deputado Romanelli. Mencionei no meu discurso que as informações que divulguei tinham como base o relatório de gestão fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, o último disponível em cada site de cada Poder. Deixei isso claro na minha manifestação. Então, da Assembleia, o último é de 2021. De qualquer forma, surpreende-me que de 52 milhões, em dezembro de 2021, tenhamos 100 mil agora. Parece-me que houve já o repasse antecipado do Poder Executivo. Mas deixei claro desde o início e fiz essa ressalva.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): *Pela ordem,* Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Até para não deixar. Temos provisionado, Deputado Homero, o valor em relação aos pagamentos futuros que temos. Agora, em relação, especificamente, ao dado que o senhor divulgou, esse recurso foi integralmente devolvido à Sefaz, por força do dispositivo da LDO. Reconheço que não tinha ouvido o senhor informar a fonte, reconheço isso e peço desculpas, mas tratamos do superávit financeiro, que havia sido gerado em 2021. E esse foi devolvido integralmente à Secretaria da Fazenda,

inclusive, com dotação orçamentária, por incremento orçamentário, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em relação ao Femalep, o valor é aquele que disse mesmo, temos R\$ 176 mil depositados no fundo. Então, o valor remanescente depois dos 37 milhões que doamos, repassamos, melhor dizendo, para a Secretaria Estadual da Saúde, por força do enfrentamento da pandemia da Covid, decidida por essa Casa aqui na sua unanimidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos com sua discussão adiada, Deputado Arilson: **Requerimento n.º 3158/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Segurança Pública sobre o concurso 2018 para escrivães da Polícia Civil do Paraná; **Requerimento n.º 3159/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário da Educação e do Esporte, Sr. Renato Feder, sobre a prova do concurso público para provimento de vagas do magistério do Ensino Superior do Estado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Encaminhar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Deputada Mabel: **Requerimento n.º 3172/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde acerca das orientações repassadas aos municípios sobre a aplicação da 4.^a dose da vacina contra a Covid-19.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Encaminhar como expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Agora, temos **requerimentos novos**. Deputado Professor Lemos: **Requerimento n.º 3191/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Educação, Sr. Renato Feder, requerendo informações sobre contratos e doações feitas pela empresa Google.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Deputada Mabel: **Requerimento n.º 3197/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, acerca das medidas tomadas para que preste atendimento integral a demanda reprimida de pacientes que aguardam exames, consultas e cirurgias em Ponta Grossa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.º 3189/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 76/20121 ao Projeto de Lei n.º 401/2020, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 3219/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 431/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Dírtori Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 3175/2022, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de congratulações e aplausos à Cooperativa Agrícola São Cristóvão - Camisc, pelo transcurso dos seus 60 anos; **Requerimento n.º 3176/2022**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando esforços visando ampliar o atendimento no município de Cascavel, devido ao fechamento, por ordem judicial, do Hospital do Coração Nossa Senhora da Salete; **Requerimentos n.ºs 3177, 3178, 3180, 3182, 3183, 3184, 3187 e 3188/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menções honrosas: ao Pastor Pedro Pedroso de Oliveira; ao Pastor Clóvis Vaz Machado; ao Pastor Arlindo Ambrósio; ao Pastor Jacob Murge; à Igreja Evangélica Luz do Mundo; ao Evangelista Daniel Neckel Pereira; ao Pastor Aguinaldo dos Santos Martins; e ao Pastor Ezequias do Nascimento Martins; **Requerimento n.º 3185/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Antônio Moreno; **Requerimento n.º 3190/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio e expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, requerendo a devida fiscalização e orientação aos professores quanto à cautela em não recomendar voto em candidato ou partido político no período eleitoral; **Requerimento n.º 3192/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de voto de congratulações com menção honrosa pelo 20.º aniversário do Núcleo Sindical Laranjeiras do Sul, comemorado no mês de outubro; **Requerimento n.º 3193/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Comandante do 4.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, Sr. Jefferson Luiz de Souza, conforme especifica; **Requerimentos n.ºs 3194, 3195, 3196 e 3198 a**

3217/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Daniel Vandomski; Vandir Luiz de Andrade; Lizeth de Mattos Wambier; Neusa Maria Xavier da Silva; Olga Ivanko; Therezinha de Paula Maciel da Silva; Francisco da Silva; Dirce Lirmane; Valacir Ediwirges Ferreira; José Ednilson Pedroso; Arzemiro Mariano de Oliveira; Eli Foltran; Luiz Domingos da Silva; Dario Stremel; Sezinando Guilherme da Silva; Aidil Ribeiro Dainelli; Anna Maria dos Santos; Antonia Ferreira Gatto; Maria Saraiva Leite; Anita Galarça; Maria Euridice Traczykowski; Zulmira da Conceição Henrique Pozza; e Alice Estevão; **Requerimento n.º 3218/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Norberto Anacleto Ortigara, e ao Governador do Estado requerendo o subsídio e auxílio para reparo das estradas rurais do município de Quedas do Iguaçu, conforme solicitação da Casa Legislativa Municipal.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 3179/2022, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando a sua exclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 218/2021, de autoria dos Deputados Soldado Adriano José e Delegado Fernando Martins, e do Projeto de Lei em anexo n.º 21/2018.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 3181/2022**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 24 a 26 de outubro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 3186/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 3 de outubro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a Sessão de hoje, marcando outra Sessão Ordinária para terça-feira, dia 25 de outubro de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 444/2022, 445/2022 e 455/2022; 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 648/2020 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 3/2021, 7/2021, 13/2022, 14/2022, 15/2022, 16/2022, 17/2022, 18/2022, 19/2022, 20/2022, 21/2022, 23/2022, 25/2022, 27/2022, 28/2022, 29/2022, 30/2022 e 31/2022; e Discussão Única do Veto Total n.^º 8/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h39, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)